

A COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA E ALGUNS ASPECTOS DA REALIDADE SÓCIO-ECONÓMICA DO BRASIL(*)

A. SEBASTIAO GONÇALVES

Licenciado em Ciências Económicas e Financeiras
Director das Operações de Crédito
da Caixa Geral de Depósitos

1. Foi com o maior agrado que recebi a oportunidade de falar sobre o Brasil. Mas devo confessar que tive, e tenho, plena consciência de duas grandes dificuldades para mim: uma, vem do facto de se tratar de um acto de comemoração da Comunidade Luso-Brasileira, problema que exige, acima de tudo, uma mentalização apropriada de grande teor sentimental; outra, por estar perante pessoas que melhor do que eu conhecem aquele País nos aspectos históricos da sua formação e, consequentemente, nos laços que ligam, desde há séculos, Portugal e o Brasil.

Eu não sou historiador, e a deformação de economista pode retirar muito sabor às recordações do passado; pode retirar muito do sentimento que vem, naturalmente, do facto de termos sido pioneiros naquele País que hoje é olhado com admiração por todo o Mundo, sentindo os portugueses como que reflectindo-se neles próprios o mérito do que lá está a realizar-se.

Tenho, na verdade, receio de que a minha formação leve a uma análise demasiadamente objectiva, sem a musicalidade de uma comunhão que melhor exprime as relações justificativas da própria Comunidade.

Efectivamente, sentir-me-ia bastante mais à vontade se estivesse perante portugueses que quase nada soubessem do Brasil, mesmo perante aqueles que tenham lido escritores e poetas brasileiros, antigos ou recentes, que tenham sentido o sabor da música brasileira. Sentir-me-ia mais afoito tratando de dar

(*) Conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 22 de Abril de 1972, dia comemorativo da Comunidade Luso-Brasileira.

a esses portugueses uma visão dos aspectos humanos do brasileiro actual, visão que me resultou dos contactos com homens de vários níveis culturais e de várias idades, ocupando lugares de relevo ou ocupando lugares modestos. Então, sentir-me-ia à vontade, descrevendo como vi o brasileiro — nosso companheiro na composição da Comunidade; como conversei com ele sobre problemas delicados da vida brasileira e sobre aspectos ligeiros das suas diversões — sempre pensando eu, talvez deformadamente, no complexo das relações recíprocas, relações informadoras daquela mesma Comunidade.

Isto porque eu tinha e tenho bem presente o facto de serem eles que, connosco, dão sentido à Comunidade Lusitana, não nos aspectos de estruturação teóricas mas, singelamente, nos aspectos de actuação prática, pois até se pode dizer que não teria consistência a ideia de Comunidade que se não baseasse na ligação efectiva entre os povos constituintes de cada uma das suas duas partes, se é que duas partes existem e não apenas um todo indissociável.

E partindo daquela base — de que o homem português e o homem brasileiro são, indiscutivelmente, a efectiva substância da Comunidade — eu senti sempre vontade de analisar o brasileiro para conhecer em que grau ele contribui para o nível dessa mesma Comunidade, do mesmo modo que deve analisar-se o grau em que o português está preparado para contribuir para o mesmo conjunto, conjunto que será tanto mais rico, tanto mais sólido, quanto maior for a formação intelectual, moral e técnica, dos membros de cada uma das partes, e quanto mais intensos forem os laços espirituais e materiais que os unam, dando-lhes coesão, primeiro no seu próprio espaço nacional e, depois, no espaço formado por ambos.

Pondo, conscientemente, de lado a razão meramente histórica como justificativa da Comunidade, eu procurava, lá no Brasil, pontos de apoio mais actuais, mais em correspondência com as preocupações dos jovens de hoje — que são os homens de amanhã e para os quais as realidades do seu século são mais prementes do que as realidades de séculos anteriores — pois eu sabia bem o que o Brasil está fazendo, olhando o futuro, o que poderá corresponder a relegar para segundo plano os actos, ainda que heróicos, do passado.

Por outro lado, é bem evidente que a realidade que se contém na concretização da Comunidade se não compadece com actos que se realizem esporadicamente, mas sim com aqueles que se operem num movimento contínuo, resultante da interligação vinda de um viver comum, no campo intelectual e económico, como no campo do próprio sentimento.

E porque julgo que a Comunidade tem de ser vivida momento a momento, eu tenho pena de não ver estarem a realizar-se, agora, palestras, conversas, colóquios, ou outras formas de contacto, nas escolas de nível superior, de nível secundário ou mesmo de nível primário, falando-se aos novos portugueses não

já dos descobrimentos — palavras que eles ouviriam como mais uma aula reproduzida das sebatas — mas palavras informais, com o sentido humano de uma realidade dos nossos dias.

Mais do que isso: como me desgosta que esse falar do Brasil aos nossos jovens não seja mais frequente, não se realize mais amiúde, como um facto vivido dia a dia e que transmitimos aos nossos filhos.

E quanto isso seria confortante para os portugueses que vivem no Brasil. Quanto seria confortante para eles, saberem que em Portugal se trazia aos novos o reconhecimento da sua presença em terras do Brasil — eles que são hoje uma força mais incidente na Comunidade do que as grandezas históricas dos séculos que já passaram.

Eles, que nos pontos longínquos das terras brasileiras, não esquecem a sua terra, sempre pensando nela e nos portugueses como um todo; pensando nos amigos de infância que cá ficaram quando eles partiram, e sonhando por vezes um evoluir da sua aldeia, sonho que mais corresponde ao seu amor à terra onde nasceram do que às realidades económicas, as quais talvez já tivessem até levado os jovens do seu tempo para outras terras distantes, para a França, para a Alemanha, para o Canadá.

Naturalmente, os que cá vêm, esses conhecerão os problemas da sua aldeia como nós próprios, ou mesmo melhor do que nós.

Mas os portugueses que trabalham no Brasil, sabendo que em Portugal se estava falando deles — da obra enorme que realizam, mesmo em funções modestas — sentiriam incutida no seu ânimo uma vontade ainda maior de levarem por diante a sua própria valorização, com ela incrementando a valorização de Portugal e, reflexamente, a valorização da Comunidade Lusitana.

Por outro lado, realizando-se no Brasil movimento análogo, os portugueses receberiam maior estímulo para a sua própria valorização naquele ambiente de um mundo em construção — que é o Brasil actual.

Aliás, isto mesmo se contém nas «Conclusões e Recomendações Gerais quando do II Congresso das Comunidades de Cultura Portuguesa», realizado em Moçambique em 1967. A primeira das recomendações «considera basilar uma acção coordenada a desenvolver no sentido de formar e movimentar a opinião pública, no conjunto português e no Brasil, de modo que, urgente e generalizada, se crie o clima de unidade e autenticidade sobre o qual deve apoiar-se a concretização prática da Comunidade Luso-Brasileira».

Estas são palavras daquele Congresso e que estão afirmando que se crie o clima de unidade, como manifestação bem definida de que tal clima precisa de ser ainda criado.

Efectivamente, outra ilação se não pode tirar daquelas palavras bem expressas quando incitam a que seja criado «o clima de unidade e autenticidade sobre o qual deve apoiar-se a concretização prática da Comunidade».

Não se pode concluir, de facto, de forma diferente: o clima de unidade e de autenticidade ainda não está criado. E torna-se basicamente indispensável a sua existência, até porque sem unidade e sem autenticidade só seria compreensível a existência de um movimento puramente artificial.

Isto foi decidido e afirmado em 1967. Quase 5 anos já decorreram desde então.

2. Estando há pouco no Brasil, e observando o seu conjunto humano hoje tão diversificado, formado pelas mais variadas gentes vindas dos mais variados pontos do globo, senti bem como aquele movimento se torna indispensável para a efectiva sustentação do clima básico da Comunidade — se se não discute que existam condições para essa sustentação.

O contacto entre os jovens portugueses e os jovens brasileiros é uma necessidade primária; o contacto entre os jovens ou, pelo menos, o contacto com os jovens é o esteio da efectiva Comunidade, tomada ela a nível de existência real.

Quando levo a minha casa jovens brasileiros, eu fico observando como eles e os meus filhos facilmente acamaradam, num mesmo fundo de sentimentos.

As gentes moças das escolas deveriam ser levadas a um intercâmbio mais intenso, porque terão de ser elas os efectivos obreiros ou continuadores da Comunidade.

As casas das famílias portuguesas deveriam abrir-se para receber os jovens brasileiros, numa reciprocidade que talvez acabasse por estabelecer-se naturalmente sem os formalismos dos esquemas pré-estabelecidos.

Mais do que as lições que os professores possam produzir nas suas aulas; mais do que as palestras formais que venham a efectuar-se, aquele intercâmbio poderia conduzir a forças mais persistentes, porque fundadas em amizade pessoal, única manifestação efectivamente duradoira.

E os jovens portugueses, mesmo só vivendo um mês no Brasil — naquelas cidades cheias de riqueza humana, como Salvador da Bahia, São Luís do Maranhão ou Fortaleza, ou em Maceió ou em Agú, ou em tantas outras pequenas povoações que me seduziram — ficariam esses jovens portugueses tendo arraigado em si um misto de amor e de admiração por esse povo, amor e admiração que conduziriam à continuação e ao fortalecimento da Comunidade Luso-Brasileira, dando uma razão ainda mais forte para a efectiva Comunidade Lusíada.

3. Mas haverá na generalidade dos portugueses um tão profundo sentir da vida brasileira — incluindo a vida dos portugueses no Brasil — que forneça material para aqueles contactos permanentes com os jovens brasileiros? Haverá em nós um tão natural conhecimento de viver brasileiro que não torne artificial aqueles contactos?

Julgo que o intercâmbio Portugal-Brasil deverá intensificar-se com deslocação de professores portugueses primários e secundários ao Brasil, não para se delectarem apenas com as belezas naturais do Rio de Janeiro ou com as belezas artificiais da Brasília, mas para viverem a vida da gente brasileira e sentirem o que de enorme esse povo está realizando. Mas julgo que a deslocação dos jovens, convivendo em família, seria um factor mais influente no continuar das relações.

Então sim. Então ser-lhes-ia fácil falarem da grandeza do Brasil, medida pela grandeza da força de vontade do seu povo, e julgo que nem teriam de ser forçados à realização de tais falas, pois elas sairiam espontaneamente, como hoje saem de mim.

Mas é preciso lá ir, não para demorar em Copacabana ou apenas para ver a beleza do espectáculo do acender das luzes quando se está no Corcovado.

4. E o que estou dizendo tem talvez maior sentido se pensarmos na diversidade de povos que hoje estão entrando no Brasil, gente que vai ficando mais ou menos demoradamente, gente que lá vai criando raízes, ingressando no todo brasileiro, mas não deixando de continuar preso à sua terra, quantas vezes com bases ancestrais totalmente diferentes das nossas; gente que se irá integrando, lentamente, no Brasil, País que tem vitalidade suficiente para a absorver, mas para quem os problemas da Comunidade podem ser indiferentes ou mesmo para quem possam não ser totalmente atraentes.

No Relatório apresentado em 1971 pela Universidade Federal de Viçosa (Estado de Minas Gerais) sobre a engenharia florestal na Amazônia, vê-se bem a intervenção de diversas origens dos 17 técnicos que o subscrevem, apenas olhando os seus nomes.

Aliás, um excelente livro escrito recentemente⁽¹⁾ sobre a influência da Amazônia no desenvolvimento do Brasil nos indica a forte influência dos japoneses na região.

Mostremos um exemplo concreto: uma grande sociedade de pesca, com financiamento da SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) tem sócios japoneses, alemães, portugueses, espanhóis, italianos e russos. E diz o relatório que eu li: «Mas foi dos japoneses que veio a técnica.»

Esta é uma realidade que dificilmente deixará de ter implicações no conteúdo da Comunidade, visto o problema a prazo longo, como, naturalmente, importa. É uma realidade de que se apercebem os portugueses radicados no Brasil e que —por se aperceberem— mais carecem do apoio que lhes possa ser dado por nós, nas diversas modalidades que esse apoio possa apresentar.

Não mais esquecerei o português com quem conversei longamente em Fortaleza sobre este tema, e que bem me fazia compreender que, vendo os portugueses

(1) «O Impacto Amazónico na Civilização Brasileira» — Arthur César Ferreira Reis.

radicados no Brasil que estão esquecidos em Portugal, então eles acabariam por sentir-se como que não compreendidos quanto à grandeza que a sua presença representa para Portugal. Pai de 6 filhos já nascidos no Brasil, apercebe-se da diferença enorme que vai havendo na evolução deles em confronto com a evolução dele próprio. Procura incutir nos filhos a mesma adoração que ele tem por Portugal, mas sente faltar-lhes a *presença*, ao menos intelectual, afectiva, de Portugal, nas escolas que frequentam.

E os filhos vão-se fazendo homens...

5. Vivi, há pouco, mês e meio no Brasil, o que nada é para o muito que tinha diante de mim. E sinto de meu dever citar a pessoa que me incutiu o interesse em lá ir agora; posso mesmo dizer de outra forma: a pessoa que me fez sentir o *dever* de lá ir—eu que já tanto do mundo percorri, e que só tinha estado no Brasil, acidentalmente, há quase 20 anos e demais na altura do Carnaval!

Essa pessoa foi o Dr. Nuno Simões, para quem o Brasil e Portugal constituem um todo formado pela única massa susceptível de lhe dar real consistência: os homens.

Ele, profundamente humano como é, fez-me ver que o Brasil se não limita a essa cidade maravilhosa que é o Rio de Janeiro, ou a esse colosso industrial que é São Paulo, ou a essa bela cidade que é o Recife. E muito menos o Brasil é o carnaval...

Empurrou-me para o Nordeste, de onde eu trouxe enriquecido o meu conhecimento da capacidade brasileira de realização, além de provas inesquecíveis do espírito fraternal do brasileiro, que me recebeu sempre como um amigo, nas palhotas e nos palácios, nas cidades e nos confins do interior, principalmente no interior onde mais me impressionou o esforço enorme que tem de ser realizado para que o Brasil seja, de facto, um «Mundo em Construção».

Foi pelo seu incitamento que eu vivi agora o Brasil, especialmente o Nordeste; e foi por ter percorrido extensões imensas em construção económica e em construção de condições de vida humana, que eu sinto vontade de falar do Brasil, de falar da gente dessa terra que está mostrando quanto é digna da nossa admiração e quanto ela fortalece a Comunidade Lusíada.

Mas também foi por ter contactado com gente nova das escolas e dos escritórios, falando com ela sobre Portugal, que eu senti quanto de delicado pode existir na falta de presença de uma cultura portuguesa contemporânea especialmente nas escolas superiores do Brasil, nos Gabinetes Portugueses de Leitura, nos Centros de Cultura Portuguesa, se se vê outros países acumularem, nos seus centros culturais, essa riqueza do espírito que vai atraindo os novos brasileiros, podendo cair-se na posição de estes perderem as ligações com o nosso escritor,

com o nosso poeta, ou nem cheguem a contactar com a cultura portuguesa dos nossos dias.

Lembro-me sempre da conversa com o Professor Carlos d'Alge, na Universidade Federal do Ceará, mostrando-me — entristecido — a fraqueza da biblioteca do Centro Português, na Universidade, em confronto com outros centros de cultura estrangeira, que também vi na mesma Universidade.

Lembro-me sempre da mágoa do presidente de um Gabinete Português de Leitura que me dizia ter de servir-se de filmes não portugueses para atrair os jovens: e eu próprio, uma noite, por mero acaso, lá assisti à projecção de um belo documentário japonês.

6. Não há comunidades que possam viver sem serem a resultante do movimento permanente de um sentir humano comum; e a formação e manutenção desse sentir têm exigências lógicas que não podem deixar de receber impulso dirigido, ao menos no campo cultural quando não possa ser nesse campo e no das relações económicas permanentes.

Na cidade da Feira de Santana, a uma centena de quilómetros de Salvador, quis oferecer dois livros portugueses contemporâneos, e adquiri os dois únicos exemplares que existiam, ao menos naquela livraria: *O Monge de Cister* e *Uma Família Inglesa*, livros até já amarelados pela idade da sua edição. E eram os únicos.

Eu sabia — como toda a gente — que «o livro português tem pouca difusão fora do território nacional» como, aliás, consta do Relatório da 6.^a Secção do II Congresso das Comunidades de Cultura Luso-Brasileira. Mas o que muita gente poderia pensar era que no Brasil a divulgação do livro português seria razoável, embora não grande.

Além daquela realidade por mim observada — e que já referi: os dois livros portugueses que comprei para oferecer, livros únicos ali à venda — o citado Relatório do II Congresso diz, expressamente sobre o livro português: «Mesmo no Brasil é pouco conhecido e ainda menos lido». E eu penso: enquanto que, no que se refere aos demais países, pode ser invocada a dificuldade resultante da língua diferente, isso não sucede, efectivamente, quanto ao Brasil, embora certas particularidades que possam verificar-se, pois esses são, de facto, bem mais pequenas do que quanto ao espanhol e, segundo afirma o mesmo Relatório, é ampla a divulgação do livro espanhol no Brasil.

7. E poderá a Comunidade Luso-Brasileira viver apenas sob os domínios do espírito, independentemente dos laços construídos pelas realidades económicas? Poderá construir-se e prevalecer a Comunidade nos domínios da pura intelectualidade — mesmo que isso se desse — sem arrastar o problema do

Homem como membro de um conjunto social componente da Comunidade, incluindo nesse conjunto os aspectos económicos?

8. Entrando na apreciação da possibilidade de a Comunidade ter, nas trocas comerciais, um razoável suporte, é importante ler o trabalho do Gabinete de Estudos da nossa Corporação do Comércio, publicado em Março de 1971, sob o tema de «Aspectos Recentes do Comércio Entre o Brasil e Portugal». Pela sua leitura, fácil nos é tomar consciência das realidades: em 1967 as vendas de Portugal ao Brasil corresponderam a pouco mais de meio por cento do total importado pelo Brasil, e as compras ao Brasil nem chegaram a atingir meio por cento.

Mesmo tomando os casos da Espanha e da Itália, as nossas vendas para o Brasil e as nossas compras ao Brasil são de nível insignificante.

Quanto à Itália o facto tem reflexos evidentes, sabendo-se que este país vende bens de equipamento, enquanto Portugal continua tendo por base os bens de consumo de carácter rudimentar: cortiça, vinhos, castanhas e azeite; e além disso, em 130 anos foram para o Brasil 1 620 000 italianos e 1 767 000 portugueses.

E é fortemente sentido o facto na posição actual do Brasil, na medida em que ele está ávido de meios para o seu crescimento económico, meios em técnicos, em equipamento e em capital financeiro.

O Brasil está hoje vivendo um clima, bem definido, de desenvolvimento sócio-económico, merecendo-lhe especial cuidado a preparação cultural e técnica dos seus homens. Deste modo, os membros brasileiros da Comunidade Lusíada estão a tornar-se mais conscientes da sua própria capacidade, na medida em que dela vêm frutos concretos.

Assim, os brasileiros estão a tornar-se cada vez mais valiosos no contexto da Comunidade, nos aspectos complexos que, naturalmente, esse contexto apresenta.

9. Assisti a aulas de escolas primárias, de crianças e de adultos; assisti a aulas do curso secundário e do curso superior, e vi como o brasileiro está evoluindo intelectualmente, tornando-se um elemento forte no seio da Comunidade, dado que está a tornar-se um elemento cada vez mais válido no seu próprio país.

Acompanhei técnicos brasileiros nas suas deslocações ao campo para contacto com os rurais. E fiquei impressionado vendo como os serviços de apoio à produção procuram preparar os rurais para um melhor aproveitamento das suas próprias potencialidades e dos meios que podem ser postos à sua disposição, através dos organismos especializados e dispondo do «crédito rural orientado», segundo a própria nomenclatura legal. Gente a que faltam ainda hoje, os conhecimentos básicos para uma exploração a nível técnico razoável, mas gente que,

apesar disso, ocorre interessada para receber ensinamentos sobre os mais variados aspectos da produção, vendo como se aplicam sementes seleccionadas e como se combatem pragas e doenças das plantas e dos animais. Assim, aqueles organismos levam aos campos infindos do Brasil os conhecimentos elementares para o aproveitamento mais racional dos produtos da terra, mas levam também — e principalmente — hábitos de convívio e de vontade de conhecer, estabelecendo contactos que são os pontos de partida para a valorização do homem do interior, evitando — ou atenuando — a fuga para as cidades, fenómeno lógico e que constitui problema dos mais delicados no contexto social brasileiro.

Esta é uma realidade que se materializa na efectiva assistência técnica aos agricultores; e o Governo afirma ter já obtido resultados positivos. E se são positivos os resultados, então é incontestável que — como membros de uma comunidade — valorizam essa mesma comunidade, na medida em que se trata de homens consciencializados da sua própria capacidade.

E o brasileiro responsável, preparando os demais para fazerem parte de um todo nacional, maior contribuição dá na formação de uma comunidade que englobe outro país.

10. Na verdade, nem se compreenderia uma Comunidade para além das fronteiras do Brasil se dentro dele a integração não existisse; e o brasileiro quer que exista, o que se materializará com o Plano de Integração Nacional (PIN), que vai arrancar aos pontos longínquos do interior brasileiro o homem marginalizado, trazendo-o para a vida colectiva — aspecto básico para que o Brasil possa ser tomado como um todo, como nos apontam vários documentos da legislação brasileira actual.

E assim o brasileiro vem mais forte na sua comparticipação dentro da Comunidade Luso-Brasileira, não porque tivesse passado a viver nas grandes cidades brasileiras, mas sim porque é posto na situação de homem participante da actividade nacional, ainda que continue vivendo nas Amazónias, mas como elemento humano e não apenas como ser vivo.

Desta actuação dos responsáveis brasileiros resulta uma maior força da Comunidade Lusitana, quando em confronto com outras Comunidades, pois não podem ser apenas as élites que constituem uma Comunidade.

Do lado do Brasil, a comparticipação na Comunidade é bem diferente do que sucederia se o Brasil fosse formado por um contingente de incapazes, sem condições para intervirem na vida pública do seu próprio País, ficando ela entregue apenas a élites que — como sempre sucede — não podem ser suficientemente representativas do todo nacional, até mesmo pelo simples facto de serem élites. Outro tanto sucederia com Portugal.

11. E o brasileiro responsável tanto quer atingir o desenvolvimento económico e social dos seus concidadãos — sabendo que assim são criadas as bases

para a sua consciencialização — que até se dispõe a realizar a reforma agrária, aliás em concordância com o Plano de Integração Nacional de que falámos.

Assim, em Julho do ano findo o Governo Federal estabeleceu o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-indústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), não para proceder a mera distribuição de terras, mas para dirigir a transformação gradual dos incultos em terras aproveitadas, dispondo de recursos destinados à irrigação e à própria ocupação.

Calcula-se que no período de 1971 a 1990, a Reforma Agrária beneficie 1 700 000 famílias, isto é, uma média anual de 85 000 famílias. Uma pessoa que tome apenas dados numéricos poderá achar pequenos esses resultados em face de uma população de quase 100 milhões; mas achará enorme quem conhecer o Brasil.

Aliás, estas realizações são sempre delicadas, além do mais porque as actividades dos sectores de produção não se movimentam em compartimentos tão definidos que se possa saber se é a indústria que provoca a expansão da agricultura ou se é a agricultura que provoca a expansão da indústria. Sobre isto é bem claro o que diz o Relatório do Governo de Pernambuco quanto às reacções negativas que sobre a agricultura pode provocar uma indústria desenvolvida.

Embora possa haver quem veja nesta passagem um pormenor técnico de pouca monta, ela é bem elucidativa quanto à preocupação do equilíbrio dos sectores económicos, num movimento harmónico do desenvolvimento económico.

Diz ele que o Governo de Pernambuco observou, de 1967 a 1970, que a implantação de um sector industrial moderno e dinâmico se realizava em ritmo acelerado, reagindo a economia pernambucana de maneira favorável; mas que esse desenvolvimento poderia perder o impulso, e parar até, se o desenvolvimento agrícola não evoluísse mais rapidamente do que estava sucedendo, pois a agricultura teria de ser o suporte e o próprio sustento da indústria.

E note-se que diz bem expressamente: «Se o crescimento do sector agrícola não é condição suficiente para o desenvolvimento, a expansão da agricultura é condição necessária para a continuação, reforço e manutenção do próprio desenvolvimento industrial e global da economia.»

Esta é a afirmação de uma realidade económica e, principalmente social, que tem, portanto, as naturais implicações na formação do conjunto nacional, participante da Comunidade.

12. Outro aspecto de integração é o de latifúndio.

No Brasil, o latifúndio — sendo uma realidade que deu motivo ao cântico de poetas — não é hoje aceite pelos responsáveis como forma de desenvolvimento harmónico a nível nacional, na medida em que corresponde a apatia na produção e a marcada desigualdade no campo social.

Importa-nos muito chamar a atenção para o nivelamento pretendido, até porque as acentuadas desigualdades sociais são sempre um motivo de instabilidade no âmbito nacional e, consequentemente, uma ameaça que pode ferir a estabilidade da comunidade a que esse todo nacional pertencer.

E tomando números, mesmo sem pormenor, vemos que no Brasil este problema tem acuidade especial no campo do fortalecimento nacional, bastando notar que 27 propriedades ocupam uma área quase igual à ocupada por 1 200 000 propriedades. Estes são números que os próprios brasileiros nos apontam como mostrando a sua consciência de que o Programa de Integração Nacional terá de realizar-se.

Um estudo recentemente elaborado pela COCENE (Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste), criada pela ARENA⁽²⁾ mostra, bem concretamente, a política de crescimento económico, como factor de desenvolvimento social e, portanto, como factor de fortalecimento de qualquer Comunidade em que o Brasil participe⁽³⁾. Esse estudo indica os 4 pontos seguintes:

- a) Redução ou, pelo menos, não agravamento das disparidades regionais;
- b) Criação de um princípio dinamizador interno que conduza ao desenvolvimento auto-sustentado, ou seja, independente de estímulos externos;
- c) Redução do desemprego regional; e
- d) Diminuição gradativa das disparidades intra-regionais.

«O cumprimento de tais objectivos será alcançado através da utilização de uma série de instrumentos e directrizes, ou seja: modernização do sector primário; intensificação do desenvolvimento industrial.»

Isto diz o estudo da COCENE.

Na verdade, não pode deixar de ver-se nestes pontos a base de um programa de integração, no sentido de dar maior coesão ao conjunto nacional, formado pelos homens que se estendem por uma área 100 vezes a de Portugal Continental.

13. O homem do Brasil — esse elemento essencial da Comunidade Lusíada, como o homem português — insere-se no lugar que lhe compete, como meio e fim de uma Comunidade brasileira a que ele pertence antes de tudo.

A valorização do homem é hoje, sem dúvida, uma preocupação dos responsáveis brasileiros, preocupação afirmada com frequência, embora os 50 milhões de rurais ainda vivendo uma vida quase marginal, como também a vivem largos milhares que circundam as grandes cidades e que a indústria local não pode absorver por várias razões, até pela impreparação daqueles mesmos homens em face das exigências da indústria actual.

(2) ARENA — Aliança Renovadora Nacional.

(3) «Correio da Manhã», de 30-9-71, sob o título de «Indústria forte reduz disparidades regionais».

A valorização do homem brasileiro e, em particular, a sua consciencialização, são elementos positivos na força de que se revestirá a Comunidade Lusíada, que não poderia satisfazer-se com o facto de os membros de qualquer das duas partes da Comunidade serem elementos apáticos, indiferentes, e até mesmo inconscientes dessa Comunidade, começando por lhes ser indiferente o viver nacional.

A Comunidade Lusíada não poderá ter consistência se as suas partes não forem uma realidade, assente em homens que vivam essa mesma Comunidade como membros activos. A mera existência formal não corresponde, certamente, à vontade das partes, que a querem dinâmica e, portanto, formada de elementos capazes de realizarem um programa conjunto.

14. É um dos aspectos concretos da consciencialização dos componentes brasileiros está no intenso trabalho de «promoção humana» que se vê anunciada ao longo do Brasil, onde são imensos os organismos existentes; e essa promoção não pode deixar de fornecer forte contributo para a Comunidade.

Visitei alguns desses Organismos e, pensando em termos de Comunidade Luso-Brasileira, eu sentia-me entusiasmado pela obra anunciada, como meio de fortalecimento daqueles brasileiros que eu via assistidos.

Como caso particular dessa «promoção humana» temos o problema do «saneamento básico», valorizando as condições de habitação quanto aos mais elementares princípios de higiene, só podendo ser encarado como impulsionador de aperfeiçoamento do homem, membro da colectividade brasileira e, consequentemente, membro da Comunidade Lusíada. Aliás, o Plano Nacional de Habitação é expresso quanto à sua preocupação de atingir a «valorização do homem brasileiro».

E outrotanto se passa com o incremento da saúde, da assistência e da previdência, que são fortemente incidentes no desenvolvimento económico e, consequentemente, na formação do homem do Brasil como em qualquer parte, problemas que os brasileiros discutem sem inibições, sem rodeios, sem reticências.

15. Um aspecto do desenvolvimento económico do Brasil importa especialmente notar: é o de no *arranque* do Brasil para o desenvolvimento ser evidente a intervenção de empresas estrangeiras, com o fornecimento de técnicos e de equipamento. E satisfaziam-me grandemente — talvez apenas por causas sentimentais — os casos em que encontrei empresários ou técnicos portugueses, o que tenho de considerar como excepção, naquele campo enorme que se abre à técnica de todo o Mundo, sem olhar às fórmulas políticas que rejam os países de origem: japoneses, italianos, suíços, alemães, canadianos, americanos dos Estados Unidos, venham de onde vierem entram na economia de produção brasileira, desde que tragam a técnica de que o Brasil carece e se integrem nos princípios de respeito pela soberania brasileira.

E os próprios capitais afluem também.

O volume de capitais estrangeiros aplicados no Brasil foi computado em mais de 4 biliões de dólares (ou seja mais de 100 milhões de contos).

E Portugal, dados os laços que lhe advêm da Comunidade, mais facilitada poderia ter a sua entrada do que têm os demais países.

Mesmo não citando as actividades produtoras de bens de equipamento — essencialmente exigentes de elevada técnica — apontamos o caso dos têxteis que encontram nos japoneses, ingleses e italianos os principais interessados, levando ao Brasil capital para essa produção; a indústria de celulose tem nos países escandinavos o seu principal interessado. Em uma longa lista publicada, não vemos citado Portugal nesse movimento de formação empresarial.

São imensas as empresas ou totalmente brasileiras ou com domínio brasileiro, nos seus capitais e nos seus técnicos. E é curioso como eu, visitando tais empresas, sentia vontade de pensar fortalecidos os fundamentos económicos da Comunidade Lusíada. Eu falava com os empresários ou com os técnicos brasileiros e sentia-me em casa, como se estivesse aqui em Portugal visitando uma empresa têxtil no norte do País, ou uma fábrica de celulose no Centro. Sentia que nós, portugueses, ali estávamos em Coelho Neto, lá para os confins do Maranhão; e sentia assim, talvez por conhecer que os nossos industriais e os nossos técnicos vibram, reagem, como os brasileiros, quando dispõem de iguais meios de trabalho, de igual impulso.

Em Coelho Neto, discutindo problemas de desenvolvimento — ao visitar um enorme conjunto industrial que o espírito empresarial de um brasileiro construiu — eu sentia-me como que ouvindo industriais portugueses, como alguns ouvi no Brasil, dispondo dos mesmos incentivos, dispondo dos mesmos meios.

A Comunidade Luso-Brasileira materializava-se-me naquelas empresas, porque ouvia a nossa língua, porque sentia o nosso sentir na capacidade empresarial que os nossos industriais também têm.

16. O certo é que não vimos afirmar-se a nossa presença industrial como se afirma a presença de outros países estrangeiros. Bem nos agradava ver a empresa em mãos de brasileiros ou, ao menos, quando víamos que nela trabalhavam técnicos brasileiros — o que é sempre uma forma de domínio, ao menos potencial.

Quando o empresário era brasileiro ou, ao menos, quando os técnicos eram brasileiros, eu sentia, de facto, qualquer coisa de nós próprios — e não só a língua era a concretização desse sentir, pois ele vinha da própria maneira de ser, da própria maneira de reagir.

17. Mas será isso suficiente? Não teremos nós de levar lá os nossos escritores, os nossos poetas — se não pudermos levar técnicos, ciência e capitais?

Esta é a minha posição, que pretende ser objectiva, como objectiva é a atitude dos brasileiros formando os seus técnicos, formando as suas condições de exploração, quase triplicando em 10 anos a sua potência em energia eléctrica e em outras formas de infraestrutura económica — sem perderem os seus escritores, sem perderem os seus poetas, num país em que só um Estado — da Amazónia — tem 18 vezes a área de Portugal Continental.

18. Sendo incontroverso que o Brasil se sente um país do futuro isso leva, naturalmente, a olhar mais para a frente do que para trás; a olhar mais para os dias que virão do que para os dias que já passaram. E esta realidade deve estar presente em nós, não podendo deixar de ser tida em conta nos programas de actuação em concreto, pois pode conter em si uma força que carece de ser compensada.

Se notarmos que, em 1968, as estatísticas nos apontam imigrantes de 28 países diferentes, estando Portugal em primeiro lugar, os E.U.A. em segundo e a China em terceiro, mas notando-se também a diversidade dos imigrantes — qualquer de nós sente, perfeitamente, que não é apenas uma questão de quantidade que os distingue. A Espanha, a Itália, a Alemanha e o Japão seguem-se na lista dos imigrantes, além da Holanda, a Inglaterra, a Suíça, a Suécia, a França e outros de alto nível técnico.

19. E se, finalmente, lermos cuidadosamente o texto da «Carta de Garanhuns»^(*) assinada em 26-9-1971, pelos «jovens de hoje e dirigentes de amanhã» (como eles próprios se classificam) onde eles, afirmando-se representantes da ARENA, dizem, entre o mais, que «à juventude em todas as épocas coube sempre o papel revolucionário de mudar estruturas arcaicas e lutar pelo bem-estar social», querendo «as Nações organizadas numa Comunidade Internacional».

Lendo e ponderando aquele texto, em ligação com todo o esquema desenvolvimentista do Brasil, encontramos suficiente matéria para sentir a profundidade do dia da Comunidade Luso-Brasileira, mesmo encarando apenas «alguns aspectos da realidade sócio-económica do Brasil».

SUMMARY

THE BUILDING OF THE LUSO-BRASILIAN COMMUNITY AND SOME ASPECTS OF THE SOCIO-ECONOMIC SITUATION IN BRASIL

Considering the fact the Portuguese people and the Brazilian people are the substance of the Luso-Brazilian Community A. Sebastião Gonçalves analyzes the Brazilian as an individual and its contribution to the creation of this ideal.

(*) Garanhuns é um Município do Estado de Pernambuco.

He also studies the Portuguese as an individual to assess the importance of his participation for the same end in view.

He does not stress the historical reasons, which are at its origin.

Instead he concentrates in the study of present day realities which explain the future.

A. Sebastião Gonçalves believes that the Community is a living thing that should be permanently encouraged by lectures, talks, colloquiums etc.

And those should be delivered specially to young people to stimulate in them the same spirit.

And it would be a comfort to the Portuguese living Brasil as well as to the Brazilian Portuguese to know that they are not forgotten and their efforts are appreciated.

A. Sebastião Gonçalves maintains that closer relationship should be developed between the youth of both countries for they are the future of the community.

He advocates the exchange of students and teachers between Portugal and Brazil, as well as a general encouragement to all Portuguese to visit Brazil.

A. Sebastião Gonçalves mentions the several races that are contributing to the development of Brazil which is advantageous to know especially the Portuguese who in the first generation feel strongly the Portuguese ideal but need help to impart this same feeling to their children. For this purpose the presence of the Portuguese is always welcome.

A. Sebastião Gonçalves considers indispensable that a visit to Brazil should not be confined to the large towns such as Rio or São Paulo, but to areas such as the Nordeste in which Brazilian capacity to achieve is well demonstrated.

Speaking on another subject which is not conducent to the building of the Community A. Sebastião Gonçalves points out the fact that Portuguese books are seldom found in Brazil. He says that such is not the case with Spanish books.

The last part of A. Sebastião Gonçalves article is devoted to the study of the economic aspects of the Community.

He begins by pointing out the fact that the commercial exchanges are practically insignificant.

Quoting statistics emphasises the importance of the social economic development of Brasil.

Mentions among other measures of the Brazilian Government the Plan of land distribution to stimulate agriculture and industry in the Nordeste (Protena).

National integration as a factor of the Brazilian development is also studied with solid information to back all the statements.